

1 - INTRODUÇÃO

NESTE MOMENTO EM QUE SE IMPLANTA A NOVA REPÚBLICA, SOMOS TODOS ESTIMULADOS A REFLETIR SOBRE O NOSSO PAÍS/E AS PERSPECTIVAS QUE SE ABREM PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

E INEGÁVEL O CARÁTER PRIORITÁRIO/QUE DEVE TER O DEBATE AMPLO E DEMOCRÁTICO/SOBRE A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS E PRECISAMOS INSTITUIR, OU SEJA, O PROJETO DA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA AO BRASIL.

É ^{PRECISO} NECESSÁRIO QUE SE DECIDA, COM URGÊNCIA E ^{CON} PRECISÃO, O PAPEL QUE DEVE SER DELEGADO À EDUCAÇÃO, ^{PORQUE} A SOLUÇÃO DO PROBLEMA EDUCACIONAL EXIGE UMA FIRME DEFINIÇÃO POLÍTICA.

TANCREDO NEVES, EM DEBATE COM A ANDES NA UNB, DISSE QUE "ESTAMOS DIANTE DA IMPORTANTE TAREFA/DE RESGATARMOS A ENORME DÍVIDA SOCIAL QUE O ESTADO CONTRAIU COM A NAÇÃO BRASILEIRA, O QUE NO CAMPO EDUCACIONAL/SIGNIFICA RECONHECER QUE A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO".

É NECESSÁRIO QUE A UNIVERSIDADE SEJA DISCUTIDA, REPENSADA EM TERMOS IGUALMENTE NOVOS, COMO UMA INSTITUIÇÃO ABERTA, DEMOCRÁTICA, COMPETENTE, RESPONSÁVEL, COMPROMETIDA COM OS DESTINOS DO PAÍS E DO NOSSO POVO; COMO UMA INSTITUIÇÃO QUE GOZE DE AUTONOMIA PARA ADMINISTRAR OS SEUS BENS, SEJAM HUMANOS, SEJAM OS ORDENS FINANCEIRA; UMA UNIVERSIDADE QUE DISPONHA DE RECURSOS PARA DESENVOLVER, SEM SOBRESSALTOS, SUAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO; UMA UNIVERSIDADE QUE REMUNERE DIGNAMENTE

E VALORIZE OS SEUS SERVIDORES, SEJAM PROFESSORES OU FUNCIONÁRIOS; ENFIM, UMA UNIVERSIDADE QUE ASSEGURE AO ESTUDANTE AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O SEU DESEMPENHO ACADÊMICO.

2 - ESCOLHA DOS DIRIGENTES E COMPOSIÇÃO DOS ORGAOS.

A AUTONOMIA E A DEMOCRATIZAÇÃO/HOJE SÃO ASSUNTOS CONSTANTEMENTE ABORDADOS EM QUALQUER DISCUSSÃO UNIVERSITÁRIA.

A AUTONOMIA DEVE SER CONSIDERADA/COMO UM MEIO PARA A UNIVERSIDADE ALCANÇAR O SEU FIM. APENAS COMO FATO LEGAL OU FORMAL, DEVE SER DESCARTADA.

OS MEMBROS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA (PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS), CONHECEDORES DA REALIDADE ATUAL, TODOS COM IGUAIS OBJETIVOS, JUNTOS, PODEM IDENTIFICAR PROBLEMAS, OFERECER ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E APONTAR ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS.

O ENVOLVIMENTO TOTAL DA ORGANIZAÇÃO, NUMA ANÁLISE E DISCUSSÃO AMPLA SOBRE A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE, PROPORCIONARÁ AS DEFINIÇÕES QUE SE NECESSITAM NO MOMENTO.

PARA QUE SE CHEGUE A DEFINIR O TIPO DE UNIVERSIDADE MAIS INDICADO AO PAÍS, QUALQUER QUE ~~QUE~~ SEJA O MODELO DE UNIDADE MAIS ADEQUADO, O GRAU DE AUTONOMIA/DEVERÁ ESTAR DIRETAMENTE RELACIONADO/A UMA ORDEM DEMOCRÁTICA QUE PERMITA A LIVRE COMUNICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS.

DEMOCRATIZAR A UNIVERSIDADE NÃO É REBAIXÁ-LA À MEDIOCRIDADE ;

AO CONTRÁRIO, A DEMOCRATIZAÇÃO OFERECE MAIS RIGOR CIENTIFICO,
CRITÉRIOS MAIS FIRMES E DISCIPLINA ACADÊMICA.

NÃO SE FAZ DEMOCRACIA POR DECRETO OU POR IMPOSIÇÃO. ELA SURGE
DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA, DA MUDANÇA DE POSTURA E DE MENTALI-
DADE DOS MEMBROS DE UMA COMUNIDADE. POR CERTO,

△ A DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, ~~POSSIVELMENTE~~ IRÁ RE-
FLETIR-SE NO INTERIOR DOS "CAMPI" UNIVERSITÁRIOS. COM CERTEZA,
A INDICAÇÃO DOS DIRIGENTES DA UNIVERSIDADE/TERÁ O SEU PROCES-
SO MODIFICADO PARA QUE ESSES VENHAM A SER ESCOLHIDOS COM A
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES QUE
ESTARÃO, DESSE MODO, COMPROMETIDOS COM O ÊXITO DA ADMINISTRA-
ÇÃO. QUE SE MANUTERÁ.

A AMPLIAÇÃO DA CONSULTA PARA A ESCOLHA DE DIRIGENTES PARECE -
NOS UM PROCEDIMENTO A SER EFETIVADO DE IMEDIATO.

DELLA SENTA DIZ: "O GRANDE DESAFIO É ENCONTRAR O PONTO DE
EQUILIBRIO/NO QUE TANGE A PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES SEGMENTOS
DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA (DOCENTES, ALUNOS E SERVIDORES -
RES) NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES, EM TODOS OS NÍVEIS,
DESDE OS DEPARTAMENTOS E COLEGIADOS DE CURSOS ATÉ OS CONSELHOS
DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR, SOBRETUDO SE FOREM CONSIDERADOS,
ALÉM DA EXPRESSÃO NÚMERICA DESSES SEGMENTOS/OUTROS ASPECTOS,
COMO POR EXEMPLO, O CARÁTER PERMANENTE DA VINCULAÇÃO
DOS SERVIDORES E DOCENTES À INSTITUIÇÃO/COMPARADO COM A TEMPORARIEDADE
DE VINCULAÇÃO DO PESSOAL DISCENTE".

~N [DURANTE CONGRESSO ESCARISTICO, EM SALVADOR, D. LUCIANO MENDES

N DE ALMEIDA LEMBROU EM ENTREVISTA QUE "ESCOLHER UM REITOR NÃO É O MESMO QUE ESCOLHER UM CHEFE DE BAIRRO... NÃO SE DEVE OPTAR POR UMA ESCOLHA PRECIPITADA. DEVE HAVER UM CONHECIMENTO DO CANDIDATO. ESTE DEVE TER PREPARO, CONHECIMENTO DA ÁREA E TEMPO DE CASA".

NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO PODER UNIVERSITÁRIO/DESPONTA A QUESTÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS, DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA UNIVERSIDADE. ESSES DEVEM SER REORGANIZADOS, DE MODO A REPRESENTAREM A VONTADE DA COMUNIDADE, E ASSIM OBTEREM A LEGITIMIDADE QUE LHE PERMITIRÁ O EXERCÍCIO DO PODER NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA.

CABE RESSALTAR QUE, NA REORGANIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS, DEVEM SER REDEFINIDOS OS CRITÉRIOS PARA A SUA CONSTITUIÇÃO QUANDO NELES SE ASSEGURE A REPRESENTAÇÃO DE DOCENTES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES.

N POR FIM, VALE MENCIONAR O PAPEL QUE ESSES ÓRGÃOS DEVEM DESEMPENHAR NUMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA E RESPONSÁVEL, ATRAVÉS DA DEFINIÇÃO DE POLÍTICA E DE DIRETRIZES PARA O FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO.

3 - FINANCIAMENTO PÚBLICO AS IES.

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, ANTES DE SER UMA QUESTÃO DE NATUREZA ECONÔMICA/ENVOLVENDO A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO, É SOBRETUDO UMA QUESTÃO DE NATUREZA POLÍTICA.

CABE ENTÃO/SER DISCUTIDO O PAPEL DO ESTADO/NA OFERTA E MANUTENÇÃO DO ENSINO PÚBLICO, ACCESÍVEL A TODAS AS CAMADAS DA POPULAÇÃO DO ~~NOSSO~~ PAÍS, ~~COM AS CARACTERÍSTICAS DO BRASIL.~~

NÃO PODEMOS ACEITAR COM TRANQUILIDADE/OS TERMOS EM QUE A TECNOCRACIA COLOCA A DISCUSSÃO/ENSINO PÚBLICO X ENSINO PRIVADO, COM O OBJETIVO DE ESVAZIAR A RESPONSABILIDADE DO ES TADO/EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR GRATUÍTO.

SÃO FALHOS/OS ARGUMENTOS QUE JUSTIFICAM/A DIMINUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NAS UNIVERSIDADES/POR SEREM NECESSÁRIOS MAIORES INVESTIMENTOS NO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS. AO ESTADO/CA BE GARANTIR ENSINO PÚBLICO E GRATUITO A TODOS E EM TODOS OS NÍVEIS.

TAMBÉM NÃO PODEMOS ADMITIR/UM OUTRO ARGUMENTO, FUNDADO/ NO QUE É BOM PARA OUTROS PAÍSES É BOM PARA O BRASIL: O DE QUE, EM PAÍSES DESENVOLVIDOS, CABE AO ESTADO ASSEGURAR A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, FICANDO O ENSINO SUPERIOR A CARGO DA INICIATIVA PRIVADA.

N [A HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS/E A CULTURA DE NOSSA SOCIEDADE/ SÃO BEM DIFERENTES DAS DESSES PAÍSES APONTADOS COMO MODELOS PARA A TOMADA DE DECISÕES DO GOVERNO BRASILEIRO EM MATÉRIA EDUCACIONAL.

RETOMANDO A IDÉIA INICIAL DE QUE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO É UMA QUESTÃO POLÍTICA, NA MEDIDA EM QUE O ORÇAMENTO DO TE SOURO REFLETE AS PRIORIDADES DO GOVERNO, VEMOS QUE, AO LONGO DOS ANOS, RECURSOS CADA VEZ MENORES TÊM SIDO DESTINADOS À

EDUCAÇÃO, E EM PARTICULAR ÀS UNIVERSIDADES AUTÁRQUICAS, COMO BEM DEMONSTROU O CRUB/AO ANALISAR A PERDA DO PODER AQUISITIVO DAS UNIVERSIDADES NO PERÍODO 80/84.

TORNOU-SE CANSATIVO E REPETITIVO/DIZERMOS QUE O GASTO COM A EDUCAÇÃO/DEVE SER ENCARADO COMO INVESTIMENTO NECESSÁRIO AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E NÃO COMO DESPESA.

AO CONTRÁRIO DOS QUE JÁ ATINGIRAM A ERA INDUSTRIAL, OS PAÍSES POBRES OU EM CRESCIMENTO/PROCURAM FAZER MAIS OU MAIOR EMPREGO DE CAPITAL/EM ESFERAS DE RENTABILIDADE IMEDIATA, ISTO É, EM SETORES ECONÔMICOS/QUE PROPORCIONAM RETRIBUIÇÃO A ESSE CAPITAL NO ESPAÇO DE TEMPO MAIS CURTO POSSÍVEL. O QUE APLICAM EM EDUCAÇÃO E EM SAÚDE, RENTÁVEIS A LONGO PRAZO, É RELEGADO A UM PLANO SECUNDÁRIO. POR ISSO, JUSTAMENTE, CONTINUA A DESIGUALDADE DESSES PAÍSES QUE ENTÃO PRATICAM UM "MALTHUSIANISMO EDUCATIVO".

O BRASIL, APESAR DE COLOCADO EM 10º LUGAR NA ECONOMIA DO MUNDO CAPITALISTA, ENCONTRA-SE COMO O 80º PAÍS EM TERMOS DE INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO. ANALISANDO O ASSUNTO, DIZ GOULART FILHO (1) QUE "AS UNIVERSIDADES, COMO AS FORÇAS ARMADAS E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SÃO INSTITUIÇÕES E ATIVIDADES QUE VISAM, NOS QUADROS DO ESTADO, OBJETIVOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS. CONFUNDÍ-LOS COM ORGANIZAÇÕES QUE VISAM OBJETIVOS COMERCIAIS (DE CURTO PRAZO)... É A ANTÍTESE DO DESENVOLVIMENTO".

O MINISTRO JOÃO SAYAD NO SEU DISCURSO DE POSSE RECONHECE QUE É PRECISO MUDAR. DIZ ELE: " É PRECISAMOS, COMO POLÍTICA DE

GOVERNO, REDIRECIONAR OS GASTOS PÚBLICOS. DEPOIS DE UMA ERA DE FORTES INVESTIMENTOS NOS SETORES DE ENERGIA, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, ENFIM, NA INFRAESTRUTURA, É NECESSÁRIO VOLTAR OS GASTOS PÚBLICOS PARA AQUELAS ÁREAS QUE, TRADICIONALMENTE, EM TODO O MUNDO MODERNO, SÃO DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO : A SAÚDE, A EDUCAÇÃO, A ALIMENTAÇÃO BÁSICA, A BOA HABITAÇÃO, A SEGURANÇA, A JUSTIÇA. EM RESUMO, PRECISAMOS INVESTIR NA QUELES SETORES QUE AFETAM DIRETA E DIARIAMENTE A VIDA DA MAIORIA DOS BRASILEIROS".

N
NO ENFOQUE SOBRE O "FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO", É IMPORTANTE QUE SEJA APROFUNDADA A ANÁLISE DO PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO NACIONAL E SUA FUNÇÃO EM NOSSA SOCIEDADE. ESSA DISCUSSÃO DEVE SER CONDUZIDA NO BOJO DE OUTRA MAIS AMPLA, QUE É A DO "REPENSAR" A UNIVERSIDADE, A SUA MISSÃO, A SUA FUNÇÃO SOCIAL. SEGUNDO MARILENA CHAUI, A UNIVERSIDADE BRASILEIRA, HOJE, FRUTO DA REFORMA DE 68, INVERTEU SEU SENTIDO E FINALIDADE - "EM LUGAR DE CRIAR ELITES DIRIGENTES, ESTÁ DESTINADA A ADESTRAR MÃO-DE-OBRA DÓCIL PARA UM MERCADO SEMPRE INCERTO. E ELA PRÓPRIA AINDA NÃO SE SENTE BEM TREINADA PARA ISSO, DONDE A SUA CRISE". (2)

4 - AUTONOMIA FINANCEIRA E A GESTÃO DOS RECURSOS.

COMO SITUAR A QUESTÃO DA AUTONOMIA PARA GESTÃO DO ORÇAMENTO DA UNIVERSIDADE? SEM DÚVIDA, DENTRO DE UMA DISCUSSÃO MAIOR QUE A DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.

NO QUE SE REFERE AO SETOR FINANCEIRO, É NECESSÁRIO QUE SEJAM

DEFINIDOS OS TERMOS DA AUTONOMIA QUE SE PRETENDE: NÃO A ABSOLUTIZAÇÃO DO PODER UNIVERSITÁRIO/COM COMPETÊNCIA ILIMITADA PARA FAZER O BEM DESEJAR, MAS SIM, A POSSIBILIDADE DE DEFINIR, NO ÂMBITO DA PRÓPRIA UNIVERSIDADE, COMO APLICAR OS SEUS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS SEM O RÍGIDO CONTROLE HOJE EXERCIDO/PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

A POSSIBILIDADE DE GERIR DE MODO LIVRE E RESPONSÁVEL/OS SEUS RECURSOS/POSSIBILITARÁ À ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA MELHOR APLICÁ-LOS, JÁ QUE IRÁ ADEQUANDO A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ÀS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO, E NÃO O INVERSO, COMO HOJE ACONTECE, EM QUE UM ORÇAMENTO PREPARADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE SUA VIGÊNCIA/TORNA-SE UMA PEÇA ESTÁTICA A QUE A INSTITUIÇÃO SE DEVE AJUSTAR.

EVIDENTEMENTE, TRATANDO-SE DE DINHEIRO PÚBLICO, É IMPRESCINDÍVEL QUE HAJA UM ACOMPANHAMENTO DA UTILIZAÇÃO DESSES RECURSOS, O QUE DEVE SER REALIZADO A NÍVEL DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO, ATRAVÉS DOS SEUS CONSELHOS SUPERIORES (UNIVERSITÁRIO E DE CURADORES), E A NÍVEL DO ESTADO, ATRAVÉS DA SUPERVISÃO MINISTERIAL (OU SEJA, DO MEC) E DO CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS.

A UNIVERSIDADE NÃO PODE ABSOLUTAMENTE SE NEGAR À SUPERVISÃO DO ESTADO, MAS SEM "REDUZIR-SE À CONDIÇÃO DE MERO DEPARTAMENTO ESTATAL, SOB PENA DE SACRIFICAR IRREMEDIAMENTE SEUS SUPERIORES OBJETIVOS" (JORGE HAGE - III CONGRESSO OUI).

A CENTRALIZAÇÃO COM CONTROLES RÍGIDOS (POR PARTE DO MEC, DASP, CFE, SEPLAN, ETC.) FAZ COM QUE A INSTITUIÇÃO FIQUE CERCEADA EM ATOS, FISCALIZADA EM ATIVIDADES, MANIETADA NA GESTÃO FINAN

CEIRA E CONTIDA NA CRIATIVIDADE.

~~A QUESTÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA INTERLIGA-SE A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE PODER DA UNIVERSIDADE. NÉSSA PERSPECTIVA,~~

2 NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE A GESTÃO DO ORÇAMENTO DE UMA UNIVERSIDADE DEVE SER PARTILHADA ENTRE O ÓRGÃO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO (REITORIA) E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS RESPONSÁVEIS POR ADMINISTRAR A INSTITUIÇÃO. ESSE ORÇAMENTO, ASSIM, DEVE ESTAR ABERTO A DISCUSSÃO EM SEU FORO MAIS LEGÍTIMO, OU SEJA, O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, DEPOIS DE APRECIADO A NÍVEL DEPARTAMENTAL.

1 É PRECISO QUE A COMUNIDADE CONHEÇA O TOTAL DE RECURSOS DE QUE A INSTITUIÇÃO DISPÕE PARA FAZER FACE AOS GASTOS DE MANUTENÇÃO EM DETERMINADO PERÍODO, ASSIM COMO PARTICIPE DA DISCUSSÃO DOS CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS PARA APLICAÇÃO DESSES RECURSOS. CONHECENDO A SITUAÇÃO REAL DO ORÇAMENTO, POR CERTO A ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE SABERÁ MELHOR APLICÁ-LO E ADMINISTRÁ-LO COM A AUSTERIDADE E A RESPONSABILIDADE EXIGIDAS NESSES NOVOS TEMPOS.

N TEM-SE, DESSE MODO, A NECESSIDADE IMPERIOSA DA DEMOCRATIZAÇÃO E DA DESBUROCRATIZAÇÃO NOS CONSELHOS SUPERIORES DA UNIVERSIDADE.

3 É PRECISO QUE TAIS ÓRGÃOS, AO ADQUIRIREM REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMIDADE LIBERTEM-SE DA ROTINA BUROCRÁTICA QUE HOJE OS ABSORVE DE MODO TÃO INTENSO, E CRIEM UM ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO PRÓPRIAS E QUE, EM VERDADE, SÃO RELEVANTES PARA A VIDA UNIVERSITÁRIA.

5. RELAÇÃO DAS IES PARTICULARES - MANTENEDORAS E ESTADO.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL DIVIDEM-SE EM 02 GRUPOS DE ACORDO COM A MANTENEDORA: 1) INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MANTIDAS PELA UNIÃO, PELOS ESTADOS OU PELOS MUNICÍPIOS; 2) INSTITUIÇÕES PARTICULARES.

AS IES PÚBLICAS ORGANIZAM-SE COMO AUTARQUIAS DE REGIME ESPECIAL OU COMO FUNDAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO. AS IES PARTICULARES CONSTITUEM-SE COMO ASSOCIAÇÕES OU COMO FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO.

dados de 1982

O NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL É DE 867, SENDO 258 IES PÚBLICAS (30,0%) E 609 IES PARTICULARES (70,0%). OBSERVA-SE UMA PREDOMINÂNCIA NOTÁVEL DA ESCOLA PARTICULAR EM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS.

DAS 867 IES, 65 ESTRUTURAM-SE COMO UNIVERSIDADES (7,5%), 752 COMO ESTABELECIMENTOS ISOLADOS (86,5%) E 5 COMO FEDERAÇÕES DE ESCOLAS (6,0%). VERIFICA-SE QUE O ENSINO SUPERIOR, COMO UM TODO, ESTÁ ORGANIZADO CONFORME MODELOS ISOLADOS.

DAS 258 IES PÚBLICAS, 51 SÃO FEDERAIS (20%), 85 SÃO ESTADUAIS (33%) E 122 SÃO MUNICIPAIS (47%). NOTA-SE QUE A PARTICIPAÇÃO DAS FEDERAIS É BEM REDUZIDA.

DAS 65 UNIVERSIDADE, 34 SÃO FEDERAIS (52%), 9 SÃO ESTADUAIS (14%), 2 SÃO MUNICIPAIS (3%) E 20 SÃO PARTICULARES (31%). VÊ-SE A FORTE PRESENÇA FEDERAL NO CONTEXTO DA SOLUÇÃO UNIVERSITÁRIA.

N { AS 51 IES FEDERAIS DISTRIBUEM-SE EM 34 UNIVERSIDADES (67%) E 17 ESCOLAS ISOLADAS (33%). CONCLUI-SE QUE A UNIÃO SE INCLINOU BASTANTE EM DIREÇÃO À FÓRMULA UNIVERSITÁRIA.

DAS 609 IES PARTICULARES, APENAS 20 SÃO UNIVERSIDADES (3%). A INICIATIVA PARTICULAR INCLINOU-SE, DECISIVAMENTE, PELA SOLUÇÃO DA ESCOLA ISOLADA.

O NÚMERO DE ALUNOS DO CURSO SUPERIOR CRESCEU 1.130% ENTRE 1963 E 1982. PASSOU DE 124 MIL PARA 1.421 MIL. DESSE TOTAL DE 1.421 MIL EXISTEM, NAS IES PARTICULARES, 864 MIL ALUNOS MATRICULADOS (70%), SENDO QUE NAS DEMAIS IES HÁ 557 MIL (30%). DE CADA 3 ALUNOS, PORTANTO, UM POUCO MAIS DE 02 PERTENCEM ÀS IES PARTICULARES.

N { DO SUB-TOTAL DOS ALUNOS DAS IES PÚBLICAS, 329 MIL FREQUENTAM ESCOLA FEDERAL (60%). DESSE TOTAL (329 MIL), CERCA DE 317.554 ESTÃO MATRICULADOS NAS UNIVERSIDADES (90%).

N { CONCLUSÃO: A QUASE TOTALIDADE DOS ALUNOS ABRIGADOS PELA REDE DE SUPERIOR FEDERAL ESTÁ ATENDIDA PELO MELHOR MODELO DA INSTITUIÇÃO.

SÃO OFERECIDOS PELAS IES 4.319 CURSOS, SENDO 1.101 PELAS FEDERAIS (25,5%) E 3.218 PELAS OUTRAS (74,5%).

N { DO TOTAL DESSES CURSOS, AS UNIVERSIDADES PROPORCIONAM 1.917 (44%) E AS ESCOLAS ISOLADAS, 2.402 (56%).

NOTE-SE QUE DOS 1.101 CURSOS NO ÂMBITO FEDERAL, 1.057 ^{96%} SÃO OFERECIDOS PE

LAS UNIVERSIDADES (96%) E APENAS 44 PELOS ESTABELECIMENTOS ISOLADOS (4%). [O TOTAL DOS RESPECTIVOS DOCENTES É DE 114 MIL, SENDO 66 MIL DO ENSINO OFICIAL (58%) E 48 MIL DO ENSINO PARTICULAR (42%).] OBSERVA-SE QUE A RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO É BEM MAIOR NO ENSINO PÚBLICO, ONDE SE ENCONTRAM DOCENTES EM REGIME ESPECIAL DE TRABALHO, PARTICULARMENTE COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO ENSINO E À PESQUISA.

DIFICILMENTE HÁ IES PARTICULARES COM PROFESSORES QUE NÃO SEJAM HORISTAS, [ISTO SEM PREJUÍZO DAS EXCESSÕES, SEMPRE HONROSAS, EM FAVOR DE ALGUMAS RENOMADAS UNIVERSIDADES PARTICULARES.]

A RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO NAS IES PÚBLICAS É DE 1 PARA 8.4, E NAS IES PARTICULARES, DE 1 PARA 18.0.

NORTE - IES PÚBLICAS - 10 = 84%; PARTICULARES - 2=16%

NORDESTE - IES PÚBLICAS - 64 = 64%; PARTICULARES - 36=36%

É MARCANTE A PRESENÇA DA UNIÃO, QUE MANTÉM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL EM CADA ESTADO DO NORTE/NORDESTE. É ESCASSA A PRESENÇA DA ESCOLA PARTICULAR NESSAS REGIÕES.

EM SÍNTESE, A ESCOLA PARTICULAR PREDOMINA NOTAVELMENTE EM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, EM NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E EM NÚMERO DE ALUNOS; AO PASSO QUE A ESCOLA PÚBLICA PREDOMINA EM NÚMERO DE DOCENTES E EM NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

HÁ ASSIM UMA PREDOMINÂNCIA DO MODELO ISOLADO SOBRE O UNIVERSITÁRIO.

A ESCOLA PÚBLICA PREDOMINA EM REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS COMO

o NORTE E O NORDESTE.

AS IES PARTICULARES TÊM RECEBIDO SUBSÍDIOS DIRETOS E INDIRETOS DA ~~MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, UNIÃO.~~

A OBRIGAÇÃO DO GOVERNO/É MANTER AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E ISSO, NO MOMENTO, ELE NÃO FAZ DE FORMA SATISFATÓRIA.

TODA AJUDA A INSTITUIÇÃO PARTICULAR É FEITA ÀS CUSTAS DA SUBTRAÇÃO DE SUBSÍDIOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.

DECIDINDO-SE A FORNECER RECURSOS ÀS ENTIDADES PARTICULARES, O ESTADO DEVE ESPECIFICAMENTE OBJETIVAR/OS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO DO DOCENTE, AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DE ALCANCE SOCIAL E OS PROJETOS DE PESQUISA DE INTERESSE DA COMUNIDADE. DA MESMA MANEIRA COMO ACONTECE COM AS IES FEDERAIS, DEVE HAVER O CONTROLE PÚBLICO DESSES RECURSOS.

ENCERRAR
PARA FINALIZAR, TEMOS A ESPERANÇA/DE QUE:

- O REPENSAR DA UNIVERSIDADE SE DESENVOLVA DE FORMA DEMOCRÁTICA, PRESTIGIANDO A TODOS QUE ACUMULAM EXPERIÊNCIA NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES COMO PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS;
- SOMENTE APÓS A IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA UNIVERSIDADE, DA ANÁLISE DE CAUSAS E DA AVALIAÇÃO DE EFEITOS, SURJAM AS PROPOSTAS QUE EDIFIQUEM A NOVA UNIVERSIDADE;
- AS SUGESTÕES DE MUDANÇA NASÇAM DA ANÁLISE DAS DIFICULDADES OU DAS INCOERÊNCIAS IDENTIFICADAS, SEJAM ELAS DE ORDEM ACADÊMICA, ADMINISTRATIVA, SOCIAL, POLÍTICA OU FILOSÓFICA;